

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Por quase dois séculos, apesar da controvérsia provocada pela Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão encarnou a promessa de direitos humanos universais. Em 1948, quando as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seu artigo 1.º dizia: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Em 1789, o artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão já havia proclamado: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”.

As origens dos documentos não nos dizem necessariamente nada de significativo sobre as suas consequências. Importa realmente que o esboço tosco de Jefferson tenha passado por 86 alterações feitas por ele mesmo, pelo Comitê dos Cinco ou pelo Congresso? A Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (EUA) não tinha natureza constitucional. Declarava simplesmente intenções, e passaram-se quinze anos antes que os estados finalmente ratificassem uma Bill of Rights, muito diferente, em 1791. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão afirmava salvar as liberdades individuais, mas não impediu o surgimento de um governo francês que reprimiu os direitos, e futuras constituições francesas — houve muitas delas — formularam declarações diferentes ou passaram sem nenhuma declaração.

Ainda mais perturbador é que aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente. As pessoas não ficaram surpresas por eles considerarem que as crianças, os insanos, os prisioneiros ou os estrangeiros eram incapazes ou indignos de plena participação no processo político, pois pensavam da mesma maneira. Mas eles também excluía aqueles sem propriedade, os escravos, os negros livres, em alguns casos as minorias religiosas e, sempre e por toda parte, as mulheres. Em anos recentes, essas limitações a “todos os homens” provocaram muitos comentários, e alguns estudiosos até questionaram se as declarações tinham um verdadeiro significado de emancipação.

Os fundadores, os que estruturaram e os que redigiram as declarações, têm sido julgados elitistas, racistas e misóginos

por sua incapacidade de considerar todos verdadeiramente iguais em direitos.

Como é que esses homens, vivendo em sociedades construídas sobre a escravidão, a subordinação e a subserviência aparentemente natural, chegaram a imaginar homens nada parecidos com eles, e, em alguns casos, também mulheres, como iguais? Se pudéssemos compreender como isso veio a acontecer, compreenderíamos melhor o que os direitos humanos significam para nós hoje em dia.

Lynn Hunt. *A invenção dos direitos humanos*: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 15-16 (com adaptações).

A respeito de aspectos linguísticos do texto precedente bem como das ideias nele veiculadas, julgue os próximos itens.

- 1 Mantendo-se a correção gramatical e a coerência das ideias do texto, o primeiro período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente, o que é ainda mais assustador.**
- 2 No texto, a autora põe em xeque o conceito de direitos humanos e demonstra duvidar da sua real aplicabilidade desde seu surgimento no século XVIII, mesmo que tenham sido assegurados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- 3 Dada a polissemia do vocábulo **homem**, seria possível interpretar que os direitos previstos no artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão abrangeriam um grupo restrito de pessoas.
- 4 É coerente com as ideias do texto concluir que é necessária uma análise crítica acerca do contexto do surgimento das declarações de direitos do século XVIII, quando o conceito de “universal” recebeu interpretação conveniente a um grupo social específico, para uma melhor compreensão sobre a atual concepção de direitos humanos.
- 5 O questionamento feito pela autora no segundo parágrafo constitui um recurso de linguagem utilizado para verificar o entendimento do leitor quanto à argumentação por ela desenvolvida no texto.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pego.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o açoitasse.

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas, por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfástio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir, também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Machado de Assis. **Pai contra Mãe**. In: Machado de Assis. **Relíquias da casa velha**, 1906 (com adaptações).

Machado de Assis inicia o conto **Pai contra Mãe** — escrito em 1906 e publicado na coletânea **Relíquias da casa velha** —, mencionando “ofícios e aparelhos” da escravidão no Brasil. O conto aborda a história de Cândido Neves, personagem que trabalhava na captura de escravos fugidios. Considerando o fragmento desse conto apresentado anteriormente, julgue os itens a seguir.

- 6 Em “a sobriedade e a honestidade certas” (sexto período do primeiro parágrafo), a substituição de “certas” por **corretas** manteria a coerência das ideias do texto, visto que tais palavras têm o mesmo significado.
- 7 O autor justifica a citação do ferro ao pescoço, do ferro ao pé e da máscara por se associarem a determinado ofício.
- 8 No primeiro período do quarto parágrafo, a forma pronominal “lho” retoma os termos “Quem” e “escravo”.
- 9 A menção aos anúncios sobre escravos fugidios em folhas de jornais públicos tem como objetivo apontar a eficácia do sistema de captura de escravos fugidios no sistema escravagista do Brasil.
- 10 No segundo período do último parágrafo, a forma verbal “mantêm” está flexionada no plural porque estabelece concordância com os termos “lei” e “propriedade”.

No que se refere à redação oficial, julgue os itens a seguir.

- 11 Em ofício dirigido pelo ministro presidente do STJ ao ministro presidente do STF, deve-se empregar, no endereçamento, A Sua Excelência o Senhor, e, como vocativo, Senhor Ministro, por tratar-se de autoridades de mesma hierarquia.
- 12 A linguagem empregada nos documentos oficiais deve caracterizar-se pela precisão, atributo que inclui a articulação da linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da ideia veiculada no texto.

A respeito dos princípios fundamentais constitucionalmente estabelecidos e dos partidos políticos, julgue os itens que se seguem.

- 13 Conforme disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), os partidos políticos submetem-se ao dever de prestar contas à justiça eleitoral e aos tribunais de contas.
- 14 Devido ao princípio da dignidade da pessoa humana, nem toda pessoa que seja presa deverá ser algemada no ato da prisão, ainda que esta se dê em flagrante delito.

Julgue os itens a seguir, referentes à organização político-administrativa dos estados-membros e a disposições gerais da CF acerca da administração pública.

- 15 Embora não se submetam ao mesmo regime jurídico dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, os empregados públicos ingressam no serviço público, em entidades da administração pública indireta, necessariamente mediante concurso.
- 16 Os estados-membros podem instituir aglomerações urbanas e microrregiões mediante lei complementar, mas não regiões metropolitanas, já que a criação destas últimas depende de decisão de cada município.

No que diz respeito ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

- 17 Caso tanto um juiz do trabalho de um tribunal regional do trabalho quanto um juiz de direito de um tribunal de justiça estadual se considerem competentes para julgar determinada ação relativa a direitos de trabalhadores, competirá originariamente ao STJ julgar o conflito de competência estabelecido entre os juízes.

Com base na Lei n.º 12.618/2012, que dispõe sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, julgue os itens a seguir.

- 18 No caso de cessão de servidor público participante da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) com ônus para o cessionário, este deverá recolher à respectiva entidade fechada de previdência complementar a contribuição aos planos de benefícios, nos mesmos níveis e condições devidas pelo patrocinador.
- 19 A remuneração e as vantagens de qualquer natureza dos membros das diretorias executivas das entidades fechadas de previdência complementar não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF.
- 20 A decisão do servidor de optar pela migração para o regime de previdência complementar é irrevogável e irretroatável.
- 21 É vedada a criação de fundação de previdência complementar que contemple os servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A respeito de administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

**22** Consórcio público pode ser constituído sob a forma de pessoa jurídica de direito privado ou de direito público.

Acerca do exercício da função pública pelos agentes públicos e de princípios e procedimentos relativos à licitação pública, julgue os itens seguintes.

**23** Para o desempenho de funções de natureza permanente, correspondentes às atribuições de chefia, direção e assessoramento, não se exige que o agente público que as exercerá tenha sido admitido no serviço público mediante concurso público.

**24** Com base no princípio da isonomia e da economicidade, a administração pública pode, nas compras, dar preferência para bens manufaturados que atendam a normas técnicas brasileiras, ainda que a capacidade de produção desses bens seja inferior à quantidade que se pretenda adquirir, desde que esteja previsto no edital que a compra da quantidade complementar de bens será feita por outro fornecedor.

À luz da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD) e da Resolução do STJ n.º 5/2023, julgue o próximo item.

**25** Para o cumprimento da LGPD, que define encarregado como a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a autoridade nacional de proteção de dados, o diretor-geral da Secretaria do STJ é o encarregado pelo tratamento de dados pessoais nesse tribunal superior.

Acerca do processo administrativo federal, Lei n.º 9.784/1999, julgue o item subsequente.

**26** Quando a lei exigir motivação para o ato administrativo, esta deverá ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores.

Considerando o Decreto n.º 678/1992, que promulga a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), julgue os itens a seguir.

**27** A Corte Interamericana de Direitos Humanos não exerce função de controle preventivo de convencionalidade.

**28** A fim de garantir o direito à integridade pessoal e o direito à vida, o referido decreto prevê a readaptação social dos condenados como uma das finalidades essenciais da pena privativa de liberdade e veda aos Estados que aboliram a pena de morte o seu restabelecimento.

No que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n.º 6.949/2009), do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) e da Resolução n.º 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça, julgue os itens que se seguem.

**29** A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência prevê que os Estados-partes têm a obrigação de prover adaptação razoável para que as pessoas com deficiência privadas de sua liberdade façam jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a garantias de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e recebam tratamento em conformidade com os objetivos e princípios estabelecidos na citada convenção.

**30** A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi internalizada no Brasil com *status* normativo equivalente ao de emenda constitucional.

**31** Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as instituições privadas de ensino têm o dever de implementar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, sendo-lhes permitida a cobrança de valores adicionais para o cumprimento desse dever.

Considerando o Código de Conduta do STJ, julgue os itens a seguir.

**32** A participação de servidores do STJ, em nome desse órgão, em concurso ou processo seletivo destinado à premiação de qualquer natureza não está condicionada à autorização prévia desse tribunal superior.

**33** Compete à Ouvidoria submeter às autoridades competentes do STJ sugestões de aprimoramento do Código de Conduta do STJ.

**34** A redução da subjetividade nas interpretações de normas jurídicas é prevista como parte de um dos objetivos do Código de Conduta do STJ.

**35** Para realizar cópias de processos ou documentos pertencentes ao STJ, o servidor depende de prévia autorização da autoridade competente, ainda que as cópias sejam necessárias ao exercício das atribuições ordinárias do próprio servidor.

De acordo com o Regimento Interno do STJ, julgue os itens subsecutivos.

**36** Os secretários das seções e das turmas do STJ são designados pelo presidente de cada um desses órgãos julgadores.

**37** O Conselho da Justiça Federal (CJF) funciona junto ao STJ e tem a atribuição de realizar a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus.

**38** O julgamento de todos os processos no STJ, à exceção apenas de *habeas corpus* e dos recursos em sede de *habeas corpus*, depende da sua inclusão prévia em pauta de julgamento.

**39** A aprovação dos critérios para progressões e ascensões funcionais dos servidores da Secretaria do STJ é atribuição do Conselho de Administração.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

- 40** A conduta de servidor de negar publicidade a atos oficiais configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 41** O ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública só é passível de sanção se tiver gerado lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
- 42** As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se aos atos de improbidade cometidos contra o patrimônio de entidades privadas que gozam de benefício fiscal concedido por ente público ou governamental.
- 43** A Lei de Improbidade Administrativa é aplicável àqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, concorram culposamente para a prática de ato de improbidade.

Acerca da Agenda 2030 da ONU e do programa Transformação, instituído pela Resolução n.º 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue o item seguinte.

- 44** Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 da ONU, bem como as respectivas metas associadas, expressam o propósito de redução das diversas formas de degradação ambiental, por meio da gestão sustentável dos recursos naturais e da tomada de medidas urgentes sobre as mudanças climáticas, em benefício das gerações presentes e futuras.

A respeito da Política de Sustentabilidade do STJ, conforme a Instrução Normativa n.º 4/2024 do STJ/GDG, e da Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, consoante a Resolução n.º 400/2021 do CNJ, julgue os itens a seguir.

- 45** Promover ações para estimular o consumo consciente e propor ações para revisão e restrição do uso de itens materiais plásticos à base de polímeros originados de petróleo são exemplos de diretrizes do consumo sustentável no âmbito do STJ.
- 46** O conceito de sustentabilidade adotado na Política de Sustentabilidade do STJ circunscreve-se aos pilares social, ambiental e econômico.

Julgue os itens a seguir, em relação aos aplicativos MS Teams, OneDrive e MS SharePoint.

- 47** O MS SharePoint permite fazer alterações em um documento que está sendo editado de forma colaborativa, mantendo-se as versões anteriores do mesmo documento, as quais podem ser encontradas por meio de opção disponibilizada na guia Arquivos.
- 48** Quando gravadas, as reuniões realizadas pelo MS Teams são disponibilizadas via *chat* da reunião e ficam armazenadas no OneDrive do organizador da reunião.

A respeito da ciência de dados, julgue os próximos itens.

- 49** No PowerBI, ao utilizar o modo de exibição de Edição, qualquer usuário pode fazer modificações em um relatório compartilhado.
- 50** A opção Analisar no Excel do PowerBI permite que se analise um modelo semântico usando tabelas e gráficos dinâmicos.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****Texto 17A1**

Lívia, 14 anos de idade, teve uma perda ponderal considerável nos últimos meses. Estranhando o comportamento da filha, a genitora decidiu levá-la para receber atenção profissional na rede pública de saúde, em seu território. Chegando lá, a equipe multidisciplinar, composta por médico e psicólogo, iniciou a entrevista com mãe e filha presentes. A mãe relatou o seguinte:

“Nos últimos 4 meses, Lívia tem comido bem menos. Como trabalho muito e a crio sozinha, não sei muito bem como começou. Passei a estranhar quando ela começou a não comer a marmita que sempre deixo pronta para ela e passou a não pedir para eu fazer as comidinhas e sobremesas que pedia aos finais de semana. Ficou mais quieta e mais fraca. Até achei que tinha relação com o período menstrual, pois ela tem um fluxo intenso e fica mais na dela quando está naqueles dias. Quando perguntei, ela me contou não tinha nada a ver com isso e que a menstruação não vinha havia mais de dois meses. Passamos logo no postinho e ela fez um teste de gravidez. Fez três vezes pra termos certeza. Mas não era menino não.” [sic].

E continuou:

“Passou a ficar irritadiça quando eu perguntava sobre sua alimentação ou oferecia as coisas que antes ela gostava de comer. Ficou mais calada, quieta e passou a ficar mais tempo no quarto. Com muito jeito, depois de alguns dias, ela conseguiu se abrir comigo. Comentou que nunca gostou de seu corpo, que sempre se achou gorda demais, que o nariz é ‘grande e de batata’, que tem vontade de morrer só de pensar em engordar. Revelou para mim que tem contado as calorias de tudo o que come e que a cabeça falta explodir, porque os pensamentos não param. Meu coração quase não aguentou, doutor. Mas o que quase acabou comigo foi encontrar umas marcas no braço dela. Depois de muito esforço meu, ela confessou que tem tido pensamentos muito ruins e tem perdido a vontade de tudo, inclusive de viver. Minhas pernas falharam na hora. Pensei que fosse ter um ataque. Nunca tinha visto minha filha assim. Estou disposta a largar tudo para cuidar dela e ela sabe disso. Falava que não precisava de tratamento nenhum e que a única coisa da qual gostaria de se livrar é do medo de engordar. Mas, depois que fizemos os exames na unidade básica de saúde, o médico disse que precisaríamos buscar ajuda psicológica também, pois o quadro dela não melhoraria se não cuidássemos da sua saúde mental. Aí ela amoleceu e aceitou vir hoje.” [sic].

Considerando o caso clínico apresentado no texto 17A1, julgue os itens a seguir.

- 51 De acordo com a teoria freudiana, Lívia estaria utilizando a forclusão como defesa da castração.
- 52 De acordo com as contribuições da psicanálise, Lívia apresenta alterações quanto à percepção do próprio corpo, cuja origem está relacionada a perturbações e conflitos na esfera do desejo e em suas formas de expressão.
- 53 Por se tratar de uma avaliação inicial multidisciplinar que já contempla a escuta de um psicólogo, é vedada a participação ou intervenção de outro psicólogo na prestação de serviços psicológicos no atendimento ou na proposta de trabalho multidisciplinar com Lívia e sua família.
- 54 Diante da gravidade do quadro de Lívia e da modalidade multidisciplinar de atendimento, o médico deverá se responsabilizar pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral da adolescente, só podendo o psicólogo intervir a pedido do profissional responsável pelo serviço.
- 55 Após o atendimento, o psicólogo poderá emitir uma declaração psicológica a fim de comunicar o diagnóstico das condições mentais de Lívia e, assim, justificar sua falta escolar naquele dia.

Ainda considerando o caso clínico apresentado no texto 17A1, julgue os itens que se seguem, relativos à avaliação psicológica e a teorias psicoterápicas.

- 56 Caso Lívia seja atendida por um psicólogo em ambulatório individual, é adequado que o profissional se utilize da entrevista semiestruturada, seguindo um roteiro padronizado na avaliação de um possível diagnóstico.
- 57 Em se tratando de avaliação em saúde mental, a escolha dos instrumentos e técnicas a serem utilizados pelo psicólogo, no caso de Lívia, deve considerar, entre outros aspectos, o construto e o método de avaliação.
- 58 De acordo com as contribuições de Moreno, caso Lívia seja encaminhada para o ambulatório de psicologia, em atendimento individual, as fases do processo diagnóstico e terapêutico deverão considerar o desenvolvimento e a qualidade do ego e do superego, assim como o estudo de mecanismos de defesa prevalentes e do percurso pulsional no estabelecimento das relações objetais.
- 59 Para a detecção de possíveis doenças mentais, o médico da unidade básica de saúde que inicialmente atendeu Lívia e sua mãe poderia fazer uso de uma das seguintes três estratégias, as quais são indicadas para a realização de diagnóstico clínico: entrevistas padronizadas, escalas rápidas de rastreamento e escalas psicométricas.

Ainda no que se refere ao caso clínico apresentado no texto 17A1, julgue os itens subsequentes, considerando as contribuições da psicopatologia.

- 60 O quadro de Lívia não atende a critérios diagnósticos de transtorno de sintomas somáticos.
- 61 Com base no caso clínico apresentado, é correto afirmar que Lívia apresenta alteração importante no esquema corporal, denominada perda da própria corporeidade ou asteriognosia.
- 62 Lívia apresenta comportamentos autoavaliativos influenciados pelo peso corporal, ideação suicida e comportamentos autolesivos, todos critérios diagnósticos de bulimia nervosa.
- 63 Para o caso de Lívia, o diagnóstico apropriado é o de transtorno dismórfico, sendo este excludente em relação ao transtorno alimentar.
- 64 Lívia apresenta um transtorno alimentar associado a um transtorno depressivo maior.
- 65 Quadros de emaciação são comuns em casos como o de Lívia.

No que concerne aos transtornos mentais, julgue os itens seguintes.

- 66 Em casos de transtorno de personalidade *borderline*, é possível o diagnóstico de outro(s) transtorno(s) de personalidade associado(s).
- 67 O transtorno de ansiedade de separação tem início necessariamente na infância ou na adolescência.
- 68 O transtorno de personalidade, diferentemente dos traços de personalidade, consiste em padrões persistentes de experiência interna e acentuado comportamento desviante, destoante das expectativas da cultura na qual o indivíduo se insere.
- 69 Em crianças, solidão e baixo rendimento escolar podem compor sintomas associados ao transtorno de personalidade esquizoide, que pode ser diagnosticado em indivíduos menores de 18 anos.
- 70 O diagnóstico de transtorno de personalidade antissocial só poderá ser dado a indivíduos maiores de 18 anos.

No que diz respeito à psicometria, julgue os próximos itens.

- 71** A fidedignidade de um instrumento corresponde à sua qualidade de mensuração, que pode ser atestada por meio do teste-reteste, do alfa de Cronbach, do método das metades (*split-half*), entre outros.
- 72** Um instrumento preciso é um instrumento válido, ou seja, aquele que apresenta validade de critério.

Acerca dos desafios contemporâneos da psicologia, julgue os itens a seguir.

- 73** Os danos à saúde decorrentes do assédio moral no trabalho podem ser minimizados ou mesmo prevenidos com propostas de mudanças comportamentais no estilo de liderança ou com projetos que considerem a realização de ações humanizadas nas relações de trabalho.
- 74** Assédio moral é uma modalidade de violência e sofrimento psicológico por meio do qual há a provocação de um dano profundo ao outro, com chances de efeitos não apenas na esfera física, como na psíquica, além de impactos no funcionamento global do indivíduo.

No que diz respeito à avaliação psicossocial no trabalho e aos riscos psicossociais associados, julgue os itens seguintes.

- 75** O COPSQ (Copenhagen Psychosocial Questionnaire) é considerado um instrumento padrão-ouro de avaliações psicossociais do trabalho, por integrar dois modelos teóricos e por ser adaptado para diversos países.
- 76** Os riscos psicossociais provêm da combinação de uma alta demanda de trabalho com uma baixa latitude de decisão sobre a tarefa, sendo desconsiderada, para a avaliação desses riscos, a interpretação subjetiva de um desequilíbrio entre o esforço do trabalhador e a recompensa fornecida.
- 77** Aspectos relacionados ao trabalho que podem impactar a saúde mental do trabalhador foram nomeados como fatores de risco psicossocial no trabalho pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que elencou como um de seus objetivos a avaliação e a eliminação desses riscos.
- 78** Para grupos profissionais que atuam em situação de risco, é facultativa a avaliação de aspectos psicossociais para o atestado de saúde ocupacional (ASO), avaliação esta que é realizada em exames de admissão e periódicos.
- 79** Avaliação psicossocial no trabalho (APT) é um termo amplo, usado por profissionais de mais de uma área do conhecimento, e que ainda carece de especificação conceitual.
- 80** No âmbito da avaliação de fatores de risco psicossocial no trabalho, emprega-se o termo risco em detrimento do termo nocividade, porque este é compreendido como menos adequado, uma vez que torna subjetiva e acessória a dimensão qualitativa da experiência de risco.

A respeito da psicodinâmica do trabalho, bem como da teoria das organizações e concepções de trabalho, julgue os itens subsequentes.

- 81** A ênfase dos estudos da psicodinâmica do trabalho recai sobre a análise de aspectos recíprocos entre o indivíduo e o coletivo, o psíquico e o social.
- 82** As organizações e instituições podem ser definidas como um conjunto de signos, símbolos, representações e regras que são produto das práticas das relações humanas, sendo possível identificar aspectos que subsidiam a compreensão da natureza dos vínculos que os indivíduos estabelecem com as instituições e as organizações, com impactos nas questões relativas ao trabalho.
- 83** O trabalho pode ser considerado uma fatalidade socialmente gerada.
- 84** O sofrimento é considerado patogênico quando há fracasso das possibilidades de adaptação ou de ajustamento do sujeito à organização do trabalho.
- 85** A atuação do psicólogo no âmbito da psicologia de grupo e da saúde do trabalhador deve ter como objetivos promover a solução de conflitos e favorecer o modelo curativo e assistencial.
- 86** A perspectiva preventiva da saúde do trabalhador visa sobretudo identificar as transformações necessárias a serem introduzidas nos locais e ambientes de trabalho para a melhoria das condições de trabalho e de saúde.

Acerca de aspectos relativos à gestão de pessoas no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 87** A promoção da diversidade e da inclusão tornou-se uma prioridade do setor público, e o estilo de liderança autocrático contribui para promover esses dois fatores, por ser transparente, flexível e adaptável.
- 88** O modelo de gestão orientado para resultados foi adotado primeiramente pela iniciativa privada e, posteriormente, pelo setor público.
- 89** A implementação do trabalho remoto em decorrência da pandemia de covid-19 retardou a eficiência operacional no setor público.
- 90** A modernização da administração pública brasileira, que compreende a transformação digital, foi uma das estratégias que promoveram a otimização do setor público, aumentando a eficiência e a satisfação no trabalho.

Em relação ao gerenciamento da diversidade nas organizações, julgue os itens que se seguem.

- 91** Um conjunto diversificado de conhecimentos e habilidades, frequentemente resultante do trabalho coletivo, causa a elevação de interesses opostos e o aumento do potencial de conflitos, sendo nocivo à organização.
- 92** A implementação de modelos de gestão baseados em competências e na meritocracia tem o objetivo de recompensar as habilidades e reconhecer o desempenho do servidor.
- 93** A especialização técnica, anteriormente supervalorizada, tem sido insuficiente para lidar com a complexidade organizacional no setor público, de maneira que surge a necessidade de profissionais mais generalistas, que sejam flexíveis, ágeis e possuam habilidades diversificadas.

No que concerne ao clima e à cultura organizacionais, julgue os próximos itens.

- 94** O clima organizacional pode ser compreendido de forma transversal a partir de três pressupostos básicos: satisfação, cultura e percepção.
- 95** Os pressupostos básicos de uma cultura organizacional decorrem de crenças enraizadas e transmitidas ao longo dos anos dentro do grupo, influenciando o comportamento e as práticas na organização e sendo, portanto, de difícil mudança.
- 96** A cultura organizacional é única e singular, e consiste no conjunto das razões individuais pelas quais as pessoas, em todos os níveis de uma organização, se comportam da forma como se comportam.

No setor público, em que o objetivo é atender às necessidades da sociedade, é fundamental contar com servidores públicos motivados e satisfeitos, que demonstrem comprometimento e engajamento no trabalho. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 97** O construto relativo às avaliações autorreferentes mede os níveis de satisfação e desempenho do indivíduo no trabalho e é composto por traços como autoeficácia generalizada, autoestima, neuroticismo e locus de controle.
- 98** A motivação está diretamente relacionada ao comprometimento organizacional, uma vez que o funcionário motivado e satisfeito se empenha em realizar melhor suas atividades, tornando os objetivos da organização os seus.

No que concerne à seleção de pessoas no contexto de organizações públicas, bem como às técnicas e aos métodos de seleção, julgue os itens a seguir.

- 99** Um processo seletivo bem planejado evita a necessidade de se formular cursos para sanar pendências básicas relativas a conhecimentos e habilidades dos funcionários.
- 100** O uso do recrutamento e da seleção por competências é a única forma de avaliar se um candidato possui condições de ajudar a atingir resultados organizacionais em determinada instituição.
- 101** O processo seletivo associado a uma única profissão, com escopo profissiográfico especialista, e a abordagem de competências técnicas constituem ditames da gestão de recursos humanos no setor público.
- 102** A falta de conexão entre os subsistemas de gestão de pessoas de um órgão demanda investimentos cuja necessidade poderia ser evitada se houvesse seleções mais efetivas.
- 103** A ausência de regras claras sobre as etapas procedimentais dos processos de seleção de pessoal gera disfunções burocráticas de arbitrariedade nesses processos.

Com relação a métodos e técnicas de seleção de pessoas e à movimentação de pessoas em uma organização, bem como à pesquisa e à intervenção nas organizações, julgue os itens que se seguem.

- 104** A avaliação do rastro social *online* é um procedimento sistemático para coletar amostras de comportamento relevantes dos candidatos a determinada função e para pontuar e avaliar essas amostras de acordo com normas.
- 105** O entendimento da competência como um conceito que envolve entrega e agregação de valor ajuda a possibilitar uma seleção de pessoas com fundamento na definição das competências e habilidades necessárias para cada função.
- 106** A utilização, no processo seletivo, de diversas técnicas que se complementam gera sobreposição do viés de avaliação.
- 107** O planejamento de pessoal acontece quando a organização pública proporciona o remanejamento de seus empregados por movimentação vertical, movimentação horizontal ou movimentação diagonal.
- 108** O confronto de dados diz respeito à dificuldade de traduzir, nas técnicas do processo seletivo, as expectativas dos requisitantes acerca do comportamento e das habilidades exigidas para o desempenho da função.

No que se refere à rotatividade de cargos e aos fatores a ela associados, julgue os itens subsequentes.

- 109** As características do trabalho associadas fortemente com a intenção de rotatividade incluem exaustão no trabalho, ambiguidade de papéis e conflito de papéis.
- 110** A intenção de rotatividade pode ser medida pela expectativa do empregado de permanecer ou sair de sua organização, bem como pelos comportamentos de procura por outras ocupações por parte do empregado.
- 111** A motivação para o serviço público e a oportunidade de crescimento na carreira são fatores que causam impacto significativo na intenção de rotatividade dos funcionários públicos.
- 112** Sob a perspectiva da rotatividade de pessoal, é considerado nocivo o monitoramento, pelos gestores públicos, das atitudes dos funcionários em relação ao trabalho por meio de questionários e avaliações de desempenho.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário (Resolução CNJ n.º 207/2015) leva em conta a definição de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade.

A partir do texto precedente, julgue os itens seguintes, relativos à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

- 113** É vedado aos tribunais, ao Conselho da Justiça Federal e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho realizar convênios entre si e entre instituições públicas para viabilizar a contratação de plano de saúde comum para seus usuários.
- 114** Planejar, realizar, monitorar e gerir iniciativas e medidas voltadas à atenção integral à saúde são diretrizes norteadoras da referida política.

Os desafios contemporâneos relacionados à psicologia envolvem questões como os direitos humanos, as teorias de gênero, a violência contra a mulher e as diferentes formas de assédio e discriminação. A esse respeito, julgue os itens subsequentes.

- 115** O *gaslighting*, frequentemente percebido nas relações de violência contra a mulher e de violência no trabalho, consiste em um ato ou uma prática cuja intenção é manipular psicologicamente alguém ao distorcer e falsear fatos em benefício do manipulador.
- 116** A violência contra as pessoas LGBTQIA+ pode ser considerada um sintoma de adoecimento social.
- 117** No âmbito dos desafios contemporâneos da psicologia, a luta antimanicomial é um dos grandes avanços, por tratar a saúde mental conforme os preceitos dos direitos humanos, garantindo-se o respeito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança.
- 118** De acordo com Judith Butler, uma das principais teóricas dos estudos de gênero, as violências contra as pessoas LGBTQIA+ não decorrem da heterossexualidade compulsória ou do binarismo de gênero, mas de problemas sociais e culturais mais complexos.
- 119** O ciclo da violência doméstica é composto, nessa sequência, pela fase do carinho (conhecida como lua de mel), pela fase de tensão e, por fim, pela fase dos atos de violência.
- 120** O assédio moral e sexual e a discriminação decorrem de um exercício de poder resultante da crença de que uma pessoa ou um grupo social deve ter privilégios sobre os demais.
- 

**Espaço livre**

---